

Presentes:Membros do Conselho:

Adalberto Sabino - CORESAN Paranavaí; Aline Fazan Cioni Guimarães - SEJU; Alzimara Cabreira Fraga Bacellar - CORESAN Curitiba; Ana Carolina Pedroso de Almeida - IDR-PR; Edenir Zandoná - SEDEST; Doris de Fátima Iastrenski - CORESAN Guarapuava; Elenita Conegero Pastor Manchope - SETI; Flávia Anastácio de Paula - CORESAN Cascavel; Franciele de Matos Siqueira - CORESAN Irati; Gabriela Magdalena Sartorelli da Silva Margonar - CORESAN Maringá; Jaciara Reis Nogueira Garcia - CORESAN Toledo; Lucimar Souza da Silva - CORESAN Ivaiporã; Marcelo Inácio Stelmach - CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski - SEAB; Marcio Jose Serenini - CORESAN Cianorte; Marli Terezinha Dalmolin - CORESAN Laranjeiras do Sul; Murilo Wenzel Luiz - SANEPAR; Rosangela Mara Slomski Oliveira - SEED/FUNDEPAR; Rosangela Rigoni - CORESAN Ponta Grossa; Roseli Pittner - CORESAN Pitanga; Sibila Broetto Duque - CORESAN Umuarama.

Outros Participantes: Anatolli Brusamolin - SEAB-NR Curitiba; Amanda Sedlmaier - SEJU; Andreia Pipino; Angelita Pugliesi; Ariane Alves Nunes - Coopafi Central; Carlos Alberto Ferreira; Cristina Klobukoski; Dave Brito; Dayane Brandes - SEAB-NR Curitiba; Eliane Zibetti; José Antônio Gilio Ferla; Leandro Teixeira Cacao - USP; Luis Antônio Alves de M.; Marília Bohnen - MDS; Michele Ribeiro; Nair Lúcia Jung - DESAN NR Londrina; Renata Cristina Matiuuzzi - SEAB Desan; Rosana Pagé; Rose Ferreira; Roselene Sonda - MPPR; Ruth Figueiredo.

Justificativa de Ausências: Kelly Franco de Lima - Afastamento temporário

Pautas:

1. Aprovação de pautas e ata;
2. Pesquisa nacional com a estimativa do consumo de alimentos ultraprocessados nos municípios brasileiros - Nupens/USP;
3. Informes do DESAN/SEAB;
4. Plano Safra da Agricultura Familiar 25/26 - MDA/Paraná;
5. Relatos das Coresans; e
6. Cozinhas Solidária (MDS).

1 **Memória:** Dando início à reunião plenária, a presidente do CONSEA, Roseli Pittner, agradeceu a
2 presença de todos e passou à aprovação da ata da reunião passada. Sem objeções, restaram aprovadas
3 a ata e as pautas da plenária. Em seguida, o pedido do conselheiro Murilo Wenzel Luiz para fazer um
4 relato com o intuito de propor a criação de uma nova Câmara Técnica, cuja aprovação será submetida
5 à votação na próxima plenária do CONSEA. A Presidente incentivou que outros membros do
6 Conselho participem da formação dessa câmara. Em seguida, a Presidente passou a palavra à
7 conselheira Flávia Anastácio, que comentou sobre um artigo elaborado por ela e pela conselheira
8 Jaciara, publicado no dossiê Do Campo à Mesa, convidando os membros do Conselho a realizarem
9 sua leitura. Na sequência, a Presidente parabenizou as conselheiras pelo trabalho e concedeu a palavra

10 ao conselheiro Ronaldo, que solicitou orientação a respeito da aquisição de frangos pelo PAA
11 Indígena. A conselheira Márcia respondeu que a viabilidade de execução do PAA Indígena é de
12 responsabilidade do DESAN, o qual utiliza a tabela de preços do DERAL para padronizar os valores
13 de aquisição. Informou ainda que buscará verificar a razão de o preço dos frangos estar acima do
14 padrão estabelecido. Posteriormente, a conselheira Márcia comunicou que o contrato vigente do
15 Programa Leite das Crianças (PLC) será encerrado em 31 de julho, sendo que um novo contrato terá
16 início em agosto, com vigência até 31 de julho de 2026. Informou também sobre a mudança do
17 departamento para o prédio do IDR, em Curitiba, em decorrência da eventual demolição do prédio
18 atual. A conselheira Márcia também comentou sobre o evento promovido pelo Conselho de
19 Alimentação Escolar em Pinhais, onde a Presidente de CONSEA complementou a fala, ressaltando a
20 importância da participação das autoridades presentes no evento, mostrando que esses representantes
21 estão buscando participar de discussões que envolvem segurança alimentar e nutricional. Em seguida,
22 foi introduzida a pauta referente à pesquisa nacional sobre a estimativa do consumo de alimentos
23 ultraprocessados nos municípios brasileiros, apresentada pelo professor Leandro Teixeira Cacau. O
24 professor iniciou expondo a classificação dos alimentos elaborada por pesquisadores da USP, que os
25 organiza em quatro grupos de acordo com o nível de processamento. Explicou cada um desses grupos,
26 exemplificando com os alimentos correspondentes. Na sequência, abordou as implicações do
27 consumo de alimentos ultraprocessados, como o aumento da ingestão calórica, a redução do consumo
28 de alimentos *in natura* e o consequente comprometimento da qualidade alimentar da população.
29 Também relacionou o consumo desses produtos ao surgimento de doenças como diabetes,
30 hipertensão e obesidade. Foram apresentados ainda dados e estatísticas da pesquisa em âmbito
31 nacional, bem como informações específicas do estado do Paraná, comparadas às de outros estados
32 brasileiros. O professor destacou, além disso, iniciativas voltadas à redução do consumo de
33 ultraprocessados e ao incentivo à alimentação saudável, bem como políticas públicas que podem ser
34 implementadas pelos gestores municipais. Finalizando sua exposição, informou onde a pesquisa está
35 disponibilizada, com acesso aos dados dos municípios analisados. Em seguida, foi aberto espaço para
36 comentários. O conselheiro Murilo parabenizou a apresentação e ressaltou a relevância da pesquisa.
37 Na sequência, a conselheira Flávia questionou se o leite de baixa lactose é considerado alimento
38 ultraprocessados, tendo em vista sua aquisição para crianças intolerantes à lactose. Também indagou
39 se os municípios paranaenses que apresentaram maior índice de consumo de ultraprocessados, de
40 fato, registram esse consumo localmente ou apenas a aquisição dos produtos nesses territórios. O
41 professor esclareceu que as estimativas são calculadas a partir de dados de consumo, mas que não há
42 precisão quanto a todos os determinantes envolvidos. Posteriormente, a conselheira Angelita levantou
43 a questão do impacto financeiro para os serviços de saúde no tratamento de pessoas afetadas pelo
44 consumo excessivo de ultraprocessados. O professor respondeu não ter conhecimento de estudos
45 específicos sobre esse aspecto. Ato contínuo, a Presidente solicitou que os representantes das
46 CORESANs apresentassem relatos de cada regional. A conselheira Jaciara informou que foram
47 realizados encontros nas microrregionais, bem como o treinamento dos conselheiros, conforme
48 discutido na Plenária de junho do CONSEA. Acrescentou ainda que um seminário regional de
49 Segurança Alimentar e Nutricional foi agendado para o mês de setembro, detalhando aspectos do
50 evento que sediará esse seminário. Na sequência, a conselheira Alzimara comunicou a realização de
51 uma reunião destinada a alinhar algumas pautas com a comissão e relatou sobre um encontro de
52 Alimentação Escolar realizado no município de Pinhais. Em seguida, a conselheira Rosângela
53 complementou as informações apresentadas por Jaciara e agradeceu o convite para participar do
54 evento. A conselheira Marli informou que Laranjeiras do Sul retomou o estudo do Plano de SAN,
55 considerando a mudança de gestão e a necessidade de retomar cursos de capacitação que estavam

56 paralisados. Na sequência, a Presidente destacou o formulário de adesão ao SISAN, disponibilizado
57 para preenchimento pelos municípios. A conselheira Nair mencionou um programa de capacitação
58 de conselhos e oficinas para elaboração de planos, além da produção de uma cartilha que reforça a
59 importância do papel do conselheiro na área de Segurança Alimentar e Nutricional. O conselheiro
60 Lucimar relatou a reunião mais recente da CORESAN, que abordou o planejamento da construção de
61 Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de orientar os municípios
62 na execução dessa atribuição fundamental para a garantia da segurança alimentar. Em seguida, o
63 Secretário-Executivo, Valdenir Veloso Neto, ressaltou a importância de os municípios preencherem
64 o formulário de permanência no SISAN, sob o risco de desligamento daqueles que não o fizerem. Na
65 sequência, a conselheira Roseli comentou sobre cursos de capacitação para a elaboração de Planos de
66 SAN. Também relatou a situação do município de Tamarana, que foi notificado pelo Ministério
67 Público quanto à necessidade de elaborar e publicar o referido plano, bem como disponibilizar toda
68 a documentação referente ao Conselho municipal. Ato contínuo, a Presidente do CONSEA introduziu
69 a pauta do Plano Safra da Agricultura Familiar e concedeu a palavra à convidada Leila,
70 Superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Paraná. A convidada explicou que o
71 Plano Safra consiste em um conjunto de políticas periodicamente renovadas e destacou o propósito
72 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em sua exposição,
73 mencionou diversos programas sociais contemplados pelo Plano Safra, bem como as entidades
74 atendidas. Na sequência, abordou o Plano Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA),
75 instituído em junho de 2025, e apresentou o programa Quintais Produtivos, cujo objetivo é promover
76 a autonomia econômica de mulheres rurais e ampliar o acesso às políticas públicas de apoio à
77 produção e comercialização de alimentos. Ao final de sua explanação, reiterou a importância do
78 PRONAF, afirmando que se trata de uma linha de inclusão social e de incentivo à produção de
79 alimentos saudáveis. Encerrada a apresentação, a Presidente do CONSEA agradeceu a participação
80 da convidada na reunião plenária. Em seguida, a Presidente do CONSEA, Roseli Pittner, introduziu
81 a pauta sobre as Cozinhas Solidárias e concedeu a palavra à convidada Marília Bohnen, representante
82 do Ministério do Desenvolvimento Social. A convidada agradeceu o convite e iniciou a apresentação
83 informando que existem 22 Cozinhas Solidárias em funcionamento no estado do Paraná, colocando-
84 se à disposição para esclarecer dúvidas dos conselheiros. Atendendo à solicitação da Presidente,
85 explicou o processo de adesão dos municípios ao programa do Governo Federal. Destacou que, em
86 alguns estados, já há um número elevado de cozinhas habilitadas, o que dificulta o cadastramento de
87 novas unidades. Para superar essa limitação, foram firmadas parcerias com órgãos públicos
88 municipais, a fim de promover oficinas e orientar sobre o acesso ao programa. A Presidente indagou
89 sobre a burocracia enfrentada por municípios de menor porte no processo de cadastro. Em resposta,
90 a convidada esclareceu que o programa, em sua configuração atual, prioriza municípios de maior
91 porte devido ao elevado índice de insegurança alimentar nesses locais. Após a explanação, a
92 Presidente complementou a fala da convidada e agradeceu sua presença e contribuição. O conselheiro
93 Murilo ressaltou a importância da divulgação das informações disponíveis no site do MDS e
94 questionou sobre os dados referentes às regiões Norte e Nordeste. A convidada respondeu que, apesar
95 do elevado índice de insegurança alimentar — especialmente na região Norte —, cada estado dessas
96 regiões conta com mais de dez Cozinhas Solidárias. A Presidente agradeceu novamente a participação
97 da convidada e, dada a finalização das pautas, agradeceu também a presença dos demais conselheiros
98 do CONSEA e declarou encerrada a reunião.



Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná

Ata da 4ª Reunião Ordinária

Curitiba, 28 de julho de 2025.



Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB